

Recursos só serão liberados após “demorado” acerto com cada banco

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

O provável término das negociações com o comitê de assessoramento dos bancos privados esta semana não significa a imediata liberação de recursos para o Brasil da parte desses credores internacionais. Ainda será necessário um “demorado” processo de acerto com cada um das centenas de bancos credores do País para definição de sua parcela individual na concessão de empréstimos para o Brasil. Por isso mesmo, o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Collin, admitiu ontem a possibilidade de ser negociado um “bridge loan” de curto prazo, apenas para evitar que bancos estrangeiros tenham de contabilizar em

seus balanços trimestrais atrasos de pagamentos brasileiros. Ele disse, contudo, desconhecer qualquer proposta concreta nesse sentido.

Nos Estados Unidos e em diversos países da Europa, como na Alemanha, o atraso de pagamento nos juros depois de 60 ou 90 dias obriga os bancos a fazer uma provisão para devedores duvidosos em igual volume ou contabilizar a operação como prejuízo. Em alguns casos, isso ocorreria agora no final de setembro. Se demorar muito a liberação de recursos, um “bridge loan” seria, portanto, uma alternativa, considerou Collin.

Uma operação desse tipo também poderia apressar o final do esquema de centralização de câmbio no Banco Central — que é uma prioridade essencial para o governo, em sua opinião. A centralização, embora indispensável, segundo Collin, pode levar os fornecedores internacionais de alguns produtos importados a negar as vendas para o Brasil diante da incerteza de pagamento.

O presidente do BB, que voltou recentemente de uma viagem, quando visitou uma série de bancos regionais norte-americanos, segue hoje à noite a Washington para participar da assembleia anual do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele acredita que o Brasil poderia contar com pelo menos um aspecto favorável no próximo ano. Os juros internacionais não deverão elevar-se, embora também não deva haver queda. “As taxas poderão

sofrer, no máximo, ligeiras oscilações”, disse. E explicou: O congresso norte-americano dificilmente concordará com uma política fiscal ou monetária rigorosa demais, por causa das eleições de 1984.

Assim mesmo, o déficit orçamentário de cerca de US\$ 200 bilhões previsto para ESTE ANO NÃO DEVERÁ pressionar os juros. Collin também admitiu que o Brasil poderia estar negociando algum esquema para não pagar a totalidade dos juros devidos ao exterior, incluindo pelo menos uma parcela nos débitos.



Oswaldo Roberto Collin

Simonsen explica ao PDS as “ficções”

por Márcio Chaez
de Brasília

Em sua exposição ao comitê do PDS que estuda uma saída econômica, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen combateu, ontem, o que chamou de ficções: a de que haveria no Brasil algum supernegociador que obteria junto a nossos credores vantagens que nenhum outro país conseguiu; a de que seria possível pedir a moratória sem que se tenha reservas — o que seria “um desastre, já que teríamos de exportar a prazo e importar à vista” —; e o rompimento com o FMI, o que não contaria com a concordância de nenhuma nação, já que todas são membros do Fundo.

Simonsen propôs a unificação dos orçamentos, a

reforma bancária, criticou a “inutilidade do controle de preços” e defendeu uma redefinição das funções do Banco Central. Ao defender o Decreto-lei nº 2.045, destacou que “não será possível chegar-se a nenhum tipo de solução sem medidas duras”. Qualificou o decreto como “tecnicamente perfeito” a partir do momento em que desindexa a economia e abandona o reajuste salarial segundo o pico da inflação.

Na mesma ocasião, o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Batista Júnior, defendeu a suspensão temporária do pagamento de compromissos da dívida externa, para que sejam firmadas as bases de uma nova fase de renegociação da dívida.